

**TODOS POR
TUDO**
RESISTIR E VENCER



26ª Conferência Nacional definirá pauta de reivindicações

Bancárias e bancários de todo o país se reunirão em São Paulo, entre os dias 4 e 9 de junho, para definirem a pauta de reivindicações da categoria.

Os congressos de bancos públicos ocorrerão de 4 a 6 de junho e os encontros nacionais dos trabalhadores em bancos privados serão realizados no dia 7 de junho. A 26ª Conferência Nacional das Bancárias e dos Bancários será realizada de 7 a 9 de junho. **PÁGINA 3**



Comitê de crise garante apoio a bancários do RS

A Contraf-CUT criou um Comitê de Crise para debater com a Fenaban as consequências da tragédia climática do Rio Grande do Sul, a exemplo do que foi instalado durante a pandemia do coronavírus. Após as primeiras reuniões de negociações, os principais bancos do país anunciaram uma série de medidas emergenciais em apoio as bancárias e bancários gaúchos.

PÁGINA 4

Curso Economia para Transformação Social teve o último módulo



Delegação do Paraná no curso da Contraf-CUT com o secretário de formação da Contraf

Nos dias 15 e 16 de maio, a Contraf-CUT realizou o quarto módulo do curso Economia para a Transformação Social, desta vez de forma presencial, em São Paulo. Nesse módulo, o diretor do Seeb Umuarama, Paulo Claviço, representou os Sindicatos do Pactu.

PÁGINA 3

Projeto de lei sobre trabalho por aplicativos é um avanço



O projeto cria a categoria de trabalhador autônomo por plataforma e garante uma série de direitos.

PÁGINA 2

Projeto de lei sobre trabalho por aplicativos é um avanço

Desde o dia 05 de março deste ano, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar (PLC) 12/2024, de autoria do governo federal, que cria a categoria de trabalhador autônomo por plataforma e garante direitos que atualmente inexistem. O pacote de benefícios proporcionados pelo projeto inclui desde melhorias nas relações de trabalho entre motoristas e empresas de aplicativos, até regulamentação salarial, jornada de trabalho efetivamente trabalhada, regras para a exclusão da plataforma, representação sindical e negociação coletiva. Por enquanto, a proposta abrange os motoristas que transportam passageiros por aplicativos, mas o movimento sindical e a ala progressista no Congresso Nacional defendem a regulamentação também de outros segmentos, como os *delivery* (motoboys entregadores de comidas), que têm um número crescente de trabalhadores em todo o país. No entanto, para a CUT e a Contraf-CUT, o projeto em tramitação é um importante passo na garantia da proteção social desses trabalhadores, atualmente sem qualquer direito legal.

Entre outras medidas, o PLC 12/2024 estabelece a jornada de trabalho diária em 8 horas e máxima de 12 horas por plataforma. O motorista poderá trabalhar para quantas plataformas desejar. A remuneração proposta é de R\$ 32,10 a hora trabalhada (não incluindo períodos de espera). Assim, um trabalhador que trabalhar 8 horas por dia em 20 dias no mês receberá, no mínimo, R\$ 5.136. Os valores serão reajustados mediante a valorização do salário mínimo e as empresas não poderão limitar a distribuição de viagens quando o trabalhador atingir a remuneração horária mínima. Já com relação à contribuição previdenciária, a proposta é dividir entre 20% para o empregador (as plataformas) e 7,5% para o trabalhador. As empresas ficarão responsáveis pelo recolhimento de ambas contribuições. Mulheres motoristas de aplicativo terão direito a auxílio-maternidade.



ACESSE E LEIA MAIS



Jornada

8 horas, máximo de **12 horas/dia** por plataforma. Pode trabalhar para quantas plataformas desejar



Remuneração

R\$ 32,10/hora trabalhada (não conta espera) = **R\$ 1.412** de renda mínima

Previdência

- Enquadramento como contribuinte individual
- Contribuição sobre remuneração: 7,5% (trabalhador), 20% (empregador) do salário de contribuição (R\$ 8,03/hora)
- Mulheres têm direito a auxílio-maternidade

Fonte: PLP 12/24



Representação sindical e acordo coletivo

Os motoristas serão representados por sindicatos nas negociações, assinatura de acordos e convenção coletiva, em demandas judiciais e extrajudiciais. Atualmente, não há uma mesa de negociação entre as partes que permita a apresentação de reivindicações coletivas da categoria. Benefícios ou direitos não previstos na proposta, como plano de saúde, seguro de vida ou horas extras, poderão ser negociados no acordo coletivo. Além disso, o que for acordado em convenção coletiva não poderá ser desfeito por meio de acordos individuais.

Resistência e lobby

Os trabalhadores e as entidades sindicais que defendem o projeto enfrentam grandes dificuldades para organizarem a luta. Isto porque há muita resistência dos próprios trabalhadores e um poderoso lobby das plataformas no Congresso Nacional, sem contar a forte campanha com a divulgação de *fake news*, por grupos da extrema direita, que se utilizam de qualquer debate polêmico para espalhar mentiras na tentativa de desestabilizar o país. Segundo levantamento feito pela CUT na categoria, na grande maioria dos casos, o motorista não se sente representado pelo sindicato porque comprou o discurso empresarial de que ele é um empreendedor. Esse diagnóstico se reflete, por exemplo, na enquete feita pelo site da Câmara dos Deputados sobre o PLC 12/2024: enquanto quase 60 mil internautas, ou 95%, manifestaram plena discordância, apenas cerca de 600, ou 2%, disseram concordar totalmente com a proposta.

Bancários se preparam para a Conferência Nacional da categoria

Bancárias e bancários de todo o país se reunirão em São Paulo, entre os dias 4 e 9 de junho, para definirem a pauta de reivindicações da categoria. Os congressos de bancos públicos ocorrerão de 4 a 6 de junho e os encontros nacionais dos trabalhadores em bancos privados serão realizados no dia 7 de junho. A 26ª Conferência Nacional das Bancárias e dos Bancários será realizada de 7 a 9 de junho. A agenda da Campanha Nacional começou com a Consulta Nacional e já passou pelas conferências estaduais e regionais e os encontros de bancos públicos e privados. Agora, os congressos, encontros nacionais e a Conferência definirão o que será colocado na mesa de negociações com os bancos, bem como a estratégia de atuação. A Conferência será presencial, com exceção dos representantes do Rio Grande do Sul, que poderão participar remotamente. Os Sindicatos do Pactu serão representados pelos seguintes delegados e delegadas: Wendrel Minare Vieira, de Paranaíba; Nivalda Sguissardi, de Campo Mourão; Sara Dieni Alves Mazuchini da Cruz, de Umuarama; Fernando Augusto Comasseto, de Toledo, e Sandro José Zanona, de Guarapuava. Wilson de Souza, de Umuarama, também participará da Conferência na condição de convidado.



ACESSE E LEIA MAIS



TODOS POR TUDO

Ainda há tempo para responder à Consulta Nacional aos Bancários

Curso Economia para Transformação Social teve o último módulo

Nos dias 15 e 16 de maio, a Contraf-CUT realizou o quarto e último módulo do curso Economia para a Transformação Social, desta vez de forma presencial, em São Paulo. O curso objetiva apresentar os principais elementos, ferramentas e discussões necessários para a compreensão da economia e o público-alvo são dirigentes sindicais bancários e de outras entidades filiadas à CUT, como também suas assessorias. O diretor de Formação do Seeb Umuarama, Paulo Claviço, foi o representante dos Sindicatos do Pactu. Os professores Pedro Rossi e Juliane Furno abordaram subdesenvolvimento, neoliberalismo e transformação social no Brasil, crescimento social e econômico nos governos Lula e Dilma e ascensão e fracasso da estratégia neoliberal, entre outros temas. “O curso ajuda a ampliar a capacidade para analisar conjunturas e isso é uma importante ferramenta para o fortalecimento das lutas de interesse da classe trabalhadora”, avaliou Claviço.



DIZ AÍ BANCÁRIO!
Quer ajudar a construir a pauta da Campanha Nacional?

Bancárias e bancários de todo o país, filiados ou não aos sindicatos, estão respondendo o questionário da Consulta Nacional à categoria. As respostas serão debatidas durante a Conferência Nacional dos Bancários, que será realizada de 7 a 9 de junho, em São Paulo, e ajudarão a definir a pauta de reivindicações da categoria. Ainda há tempo para responder e, para facilitar, basta acessar o QR code e ir direto para a página do questionário!



ACESSE E LEIA MAIS

Comitê conquista medidas de emergência em apoio a bancários do Rio Grande do Sul

A Contraf-CUT criou um Comitê de Crise para debater com a Fenaban as consequências da tragédia climática do Rio Grande do Sul, a exemplo do que foi instalado durante a pandemia do coronavírus. Após as primeiras reuniões de negociações, os principais bancos do país anunciaram uma série de medidas emergenciais em apoio as bancárias e bancários gaúchos. As ações vão desde apoio logístico e psicológico até a antecipação de salários e outras verbas para pagamento parcelado, entre várias outras iniciativas. Muitas delas já estão em prática e ajudam a amenizar o sofrimento dos trabalhadores nesse momento de grandes desafios. Desde o início das inundações até o fechamento desta edição do Pactu, o estado contabilizava 149 mortes, 112 desaparecidos e meio milhão de desabrigados em 446 municípios gaúchos afetados pela tragédia climática. Veja algumas das medidas anunciadas.

BANCO DO BRASIL

- 1) Reforço no atendimento das redes de gestão de pessoas (Gepes), com prioridade aos funcionários do Rio Grande do Sul.
- 2) Liberação do Programa de Assistência Social (PAS), um mecanismo de crédito do banco voltado aos funcionários.
- 3) Flexibilização de antecipação de férias para os trabalhadores do Rio Grande do Sul, em caso de solicitação pelo próprio funcionário.
- 4) Abono 478, mecanismo interno para justificar as faltas em situações específicas, nesse caso por causa da situação de calamidade pública. Essa proposta também inclui a possibilidade do *home office*.
- 5) Flexibilização do trabalho remoto.
- 6) Adição de funcionários de outras localidades do país como reforço nas dependências do RS.
- 7) Substituição de todas as funções gerenciais em dependências do RS, para compor um comitê, com objetivo de estruturar e atender melhor as demandas.



ACESSE E LEIA MAIS

CAIXA

- 1) Adiantamento de valor de até 10 salários-padrão.
- 2) Antecipação de até cinco Ausências Permitida para Tratar de Interesse Particular (APIPs) quando não houver saldo.
- 3) Antecipação do 13º Auxílio Cesta-Alimentação.



ACESSE E LEIA MAIS

SANTANDER

- 1) Antecipação do décimo terceiro salário.
- 2) Pagamento do abono do ponto eletrônico para as ausências no mês de maio.
- 3) Reforço no suporte do PAPE, que acolhe funcionários e familiares, com atendimento 24 horas por dia.



ACESSE E LEIA MAIS

ITAÚ

- 1) Antecipação da Gratificação Semestral (cláusula exclusiva do ACT da federação dos bancários do RS).
- 2) Pagamento adiantado da primeira e segunda parcelas do décimo terceiro salário, incluindo os estagiários.



ACESSE E LEIA MAIS

BRDESCO

- 1) Apoio psicológico para funcionários, dependentes e familiares por meio do canal 0800 701 1212 (24 horas, gratuito) ou e-mail vivabem@bradesco.com.br;
- 2) Monitoramento ativo de assistentes sociais para funcionários diretamente impactados;
- 3) Antecipação da 1ª parcela do 13º salário para 17/05;
- 4) Vale Alimentação emergencial de R\$835,99, em 31/05;
- 5) Flexibilização de férias atendendo as necessidades dos funcionários, seja para antecipar ou prorrogar;
- 6) Abono de faltas e flexibilização da jornada de trabalho, assim como manutenção em trabalho remoto, caso necessário;
- 7) Suporte na solicitação de alteração do benefício VR para VA, sem carência, devido à dificuldade sistêmica de acesso (ausência de internet);
- 8) Canal de telemedicina para atendimento médico pelo App Bradesco Saúde;
- 9) Empréstimo social (VivaBem) em condições diferenciadas: até 2 salários, creditados em até 2 dias úteis a partir da data de solicitação, com devolução em 48 meses, sem juros, e carência para início do pagamento em 6 meses, para contemplar tanto as necessidades dos funcionários, assim como de seus familiares, incluindo estagiários.



ACESSE E LEIA MAIS